



Juízes do Trabalho prestigiam posse de Rosa Weber no STF

Juízes do Trabalho de diversas Regiões estiveram em Brasília no dia 19 de dezembro para a posse da ministra Rosa Maria Weber no Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, prestigiou a solenidade, acompanhado da diretoria da entidade e de dirigentes de Amatras, além de associados.

“É uma grande honra para a Anamatra ter uma juíza do Trabalho no STF. Trata-se de um ganho não apenas para o Direito do Trabalho, mas para a própria sociedade. A ministra desempenhará o importante papel de cooperação com o STF, no que tange à compreensão das causas sociais e à defesa consciente do Direito do Trabalho”, afirmou o presidente da Anamatra.

A solenidade durou cerca de 15 minutos e contou com a presença do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que representou a presidente da República, além dos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, respectivamente José Sarney (PMDB-AP) e Marco Maia (PT-RS). Outros parlamentares e autoridades dos Três Poderes também compareceram, a exemplo do Advogado-Geral da União, Luís Adams.

Após a solenidade, o presidente da Corte, Cezar Peluso, fez um balanço da atuação do STF ao longo do ano, destacando julgamentos polêmicos e



Foto: Felipe Sampaio/SCO/STF

importantes, como os referentes à Lei da Ficha Limpa, e assim encerrou o ano do Judiciário 2011. Depois, a nova ministra do Supremo cumprimentou os presentes, um a um, durante cerca de duas horas. “Hoje é um dia de felicidade. Estou pronta para qualquer processo que chegue, por isso estou na magistratura há tanto tempo. Vamos enfrentá-los um a um, fazendo o devido estudo de cada um dos pro-


cessos”, disse Rosa Weber ao site de notícias G1. A Anamatra divulgou, no dia 9 de setembro, moção de apoio à indicação da ministra Rosa Weber. No texto, a entidade ressaltou que as matérias trabalhistas estão cada vez mais presentes nas pautas do Supremo, em especial após a ampliação da competência da Justiça do Trabalho, atingindo cerca de 23% dos processos recebidos pela Corte. 



Foto: Arquivo Anamatra

EXPEDIENTE

PRESIDENTE: **Renato Henry Sant'Anna**
(Amatra 15/Campinas e Região)

VICE-PRESIDENTE: **Paulo Luiz Schmidt**
(Amatra 4/RS)

SECRETÁRIO-GERAL: **Fabrizio Nicolau dos Santos Nogueira** (Amatra 9/PR)

DIRETOR ADMINISTRATIVO: **João Bosco de Barcelos Coura** (Amatra 3/MG)

DIRETOR FINANCEIRO: **Gilberto Augusto Leitão Martins** (Amatra 10/DF e TO)

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: **Cléa Maria Carvalho do Couto** (Amatra 1/RJ)

DIRETOR DE PRERROGATIVAS E ASSUNTOS JURÍDICOS: **Vitor Leandro Yamada**
(Amatra 14/RO)

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS: **Germano Silveira de Siqueira**
(Amatra 7/CE)

DIRETOR DE FORMAÇÃO E CULTURA: **Narbal Antônio de Mendonça Fileti**
(Amatra 12/SC)

DIRETOR DE EVENTOS E CONVÊNIOS: **André Machado Calvancanti** (Amatra 13/PB)

DIRETOR DE INFORMÁTICA: **Valter Souza Pugliesi** (Amatra 19/AL)

DIRETORA DE APOSENTADOS: **Terezinha Célia Kineipp Oliveira** (Amatra 10/DF e TO)

DIRETOR DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS: **Sandra Miguel Abou Assali Bertelli**
(Amatra 2/SP)

CONSELHO FISCAL: **Viviane Maria Leite de Faria** (Amatra 5/Bahia), **Luciana Paula Conforti** (Amatra 6/Pernambuco), **Leonardo Ely** (Amatra 24/Mato Grosso do Sul); SUPLENTE: **Adib Pereira Netto Salim** (Amatra 17/Espírito Santo)

CORRESPONDÊNCIAS:
SHS Qd 06 Bl E Conj A Salas 602/608
Brasília/DF CEP: 70316-000
NA INTERNET: www.anamatra.org.br
CONTATO: (61) 3322.0266 / 3321.7388
imprensa@anamatra.org.br

REDAÇÃO, EDIÇÃO E JORNALISTAS
RESPONSÁVEIS: **Mariana Monteiro**
(7859/DF) e **Viviane Dias** (22651/RJ)

MARKETING: **Adriana Zetula**

REVISÃO: **Alessandro Lisboa** (4053/DF)

DIAGRAMAÇÃO: **Clarissa Teixeira**
(61) 9202.3012

IMPRESSÃO: **Gráfica Santa Clara**

TIRAGEM: 4.650

Carta ao associado



Caros Colegas,

Nestes últimos dias tivemos três grandes eventos que marcaram a magistratura do Trabalho. O primeiro foi a mobilização dos juizes do Trabalho e federais, com paralisação de suas atividades por um dia, em resistência ao reiterado descumprimento da Constituição da República da revisão anual dos subsídios e a irredutibilidade dos vencimentos dos magistrados. O outro foi a celebração dos 35 anos da nossa entidade nacional, a Anamatra. E, mais recentemente, tivemos a posse da ministra Rosa Weber no Supremo Tribunal Federal (STF).

Para esse último, reservamos a matéria principal de nosso Jornal como um gesto simbólico de homenagem à ministra. É uma grande honra para a Anamatra ter uma associada da entidade no STF. Mais importante, é um ganho para o povo brasileiro, que vai contar com a sensibilidade social da ministra, adquirida em 35 anos como juíza do Trabalho.

No dia 30 de novembro, também tivemos um acontecimento importante. Nesse dia, mais de 80% dos juizes do Trabalho paralisaram suas atividades nas Varas e Fóruns Brasil afora. Nos estados, os magistrados cuidaram para que a população ficasse devidamente esclarecida acerca do que estava se passando e dos motivos que levaram a magistratura a tomar a decisão de não promover audiências por um dia. Além disso, as Amatras promoveram atos públicos.

Sabíamos do desgaste que poderíamos sofrer, mas era um movimento necessário. Precisávamos nos reunir para alertar a sociedade e a cúpula dos três Poderes dos riscos que o não cumprimento da Carta Magna pode acarretar para a democracia do nosso país. A omissão dos chefes dos Poderes em obter um consenso sobre a política remuneratória dos juizes tem posto em risco a normalidade institucional do país, apesar do intenso diálogo provocado pelas Amatras e as demais entidades representativas da magistratura e do Ministério Público.

Temos certeza de que com a paralisação das atividades por um dia e a realização dos atos públicos promovidos pelos juizes do Trabalho nos estados, além dos esclarecimentos à população e à imprensa, mostraram que a magistratura precisa ser valorizada para continuar oferecendo uma prestação jurisdicional célere, justa e de qualidade. Se não tivermos segurança, remuneração adequada e infraestrutura aparelhada, não vamos conseguir defender o direito dos cidadãos.

E além de destacar que a magistratura precisa ser independente e ter seus direitos garantidos, todos esses movimentos de valorização servem também para evidenciar a importância que tem o movimento associativo e, ainda mais, nossa entidade nacional de classe. E isso nós celebramos no dia 7 de dezembro, ao comemorarmos os 35 anos de existência da Anamatra, completados em 28 de setembro.

Com uma solenidade belíssima, pudemos homenagear aqueles que deram vida a essa associação que hoje reúne mais de 90% dos juizes do Trabalho brasileiros, inclusive aposentados. Atualmente somos cerca de 3,6 mil associados em todo o Brasil, que diariamente lutam em defesa da Justiça do Trabalho, da cidadania e dos direitos sociais, ultrapassando aspirações meramente corporativas.

Desejo que nossa Anamatra continue neste caminho, que foi traçado há 35 anos, sempre em defesa do Direito do Trabalho e das prerrogativas da magistratura.

De antemão já aproveito para desejar a todos os nossos associados um feliz Natal e um próspero ano novo!

Renato Henry Sant'Anna
Presidente da Anamatra

Juízes do Trabalho paralisam suas atividades pela valorização da carreira

Presidente da Anamatra afirma que mobilização, com adesão de mais de 80% dos associados, demonstrou união dos juízes do Trabalho

Direitos básicos, o cumprimento da Constituição Federal e o fortalecimento e a independência do Judiciário. Essas foram as reivindicações da magistratura do Trabalho, que paralisou suas atividades em todo o Brasil no dia 30 de novembro. Mais de 80% dos magistrados do Trabalho aderiram ao movimento deflagrado pela Anamatra em parceria com os juízes federais. Com a paralisação de um dia, cerca de 20 mil audiências trabalhistas em todo o país foram remarçadas.

Nos estados, as Amatras promoveram atos públicos, falaram à imprensa e à população que compareceu às Varas do Trabalho sobre a importância de suas reivindicações. Diversos Tribunais Regionais do Trabalho também paralisaram suas atividades, a exemplo da 10ª Região (DF e TO), Goiás (18ª) e Mato Grosso (23ª).

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'anna, juntamente com o vice-presidente, Paulo Schmidt, e outros dirigentes da entidade, compareceram ao ato público promovido pela Amatra 10 (DF e TO) no prédio das Varas em Brasília. "O juiz que paralisou as suas atividades não deixou de ser juiz, pelo contrário, hoje ele é mais juiz do que nunca, pois está lutando pela continuidade e a independência do Poder Judiciário", disse.

Além da ausência de uma política remuneratória e de segurança para os magistrados, o presidente da Anamatra também alertou para o alto nível de adoecimento da magistratura do Trabalho, bem como para a necessária garantia da continuidade da previdência pública. "Espero que hoje seja um dia único e que a gente consiga sensibilizar a cúpula dos Poderes para a necessidade de uma solução de nossos problemas. E que isso aconteça não só em benefício do Poder Judiciário, mas de todo o Estado brasileiro", destacou.

REIVINDICAÇÕES

PERDAS INFLACIONÁRIAS - Entre janeiro de 2006, quando foi definido o teto remuneratório máximo do serviço público, e agosto de 2011, o índice de inflação oficial atingiu 31%. Descontada reposição parcial determinada em 2009 (9%), as perdas inflacionárias acumuladas no período chegam a 22%, o que representa a subtração de quase um quarto do poder de compra dos membros do Poder Judiciário e o descumprimento da Constituição Federal que garante aos juízes a revisão anual dos vencimentos e a irredutibilidade salarial.

SEGURANÇA - Os juízes da União denunciam também a falta de política institucional que garanta a segurança para o exercício de suas funções. Magistrados sofrem ameaças constantemente e são submetidos ao estresse de cumprir seu dever constitucional mesmo sob risco de sua segurança própria e da sua família.

SAÚDE - Outro ponto que não tem merecido o apropriado tratamento, argumentam os juízes da União, é o sistema de saúde para magistrados, principalmente porque não previne os agravos à saúde física e mental nem prevê proteção previdenciária adequada. Recente pesquisa realizada pela Anamatra revela que estes profissionais têm apresentado percentual maior de adoecimento em comparação com o conjunto da sociedade, sendo extremamente elevadas as ocorrências de doenças físicas e psíquicas que os acometem. *A*



Paralisação dos magistrados é destaque na imprensa nacional e regional



O dia de paralisação ficará marcado na história da magistratura do Trabalho no Brasil. Diversos jornais de grande circulação do País trouxeram como destaque a mobilização dos magistrados, que também mereceu o acompanhamento da mídia eletrônica, de rádios e TVs em todo o Brasil. A Anamatra, juntamente com a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), publicou anúncio publicitário nos jornais Folha de S. Paulo e Correio Braziliense.

Nos estados, os presidentes das Amatras atenderam à imprensa e realizaram coletivas para esclarecer à população brasileira a importância de suas reivindicações. Em diversos locais, inclusive, os juizes realizaram coletivas e encontros com os jornalistas.

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, analisa que a repercussão da paralisação foi positiva. "A sociedade deseja o mesmo que nós: um Judiciário fortalecido e independente. E isso só vamos conseguir com a valorização da carreira e condições de segurança para que possamos continuar oferecendo uma prestação jurisdicional de qualidade à população", disse. *A*

Parlamentares apoiam pleito da magistratura

Parlamentares manifestaram apoio às reivindicações dos juizes trabalhistas e federais. O deputado Vieira da Cunha (PDT-RS), integrante da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, afirmou que a paralisação foi feita "para fazer valer os direitos que estão previstos na Constituição Federal, como a irredutibilidade de vencimentos".

Viera da Cunha alertou para a defasagem no subsídio dos magistrados e afirmou que um juiz mal remunerado não interessa "ao cidadão de bem, porque este, quando bate às portas do Judiciário, quer que a sua causa seja julgada por um juiz independente e bem remunerado".

O parlamentar reconheceu que o Congresso Nacional não está cumprindo o seu o seu papel, mas sim fazendo "política que está rasgando a Constituição".

O deputado Fábio Trad (PMDB), que preside a Comissão de Reforma do Código de Processo Civil na Câmara, também lembrou a paralisação em seu discurso. "Ao mesmo tempo em que me solidarizo com a causa do Judiciário Federal, comum e trabalhista, que suspendeu suas atividades para advertir a Nação da degradação salarial a que está submetido, venho ressaltar, na mesma linha, a necessidade de reafirmar a reforma do Código de Processo Civil", frisou. *A*



Foto: Ascorm AMB

Subsídios: Magistrados e membros do MP têm audiências no Congresso

Dirigentes da Anamatra e das Amatras e integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União intensificaram a atuação durante os meses de novembro e dezembro colhendo assinaturas para o requerimento de urgência de votação dos Projetos de Lei n.º 7753 e 7749, de 2010, e n.º 2198 e 2197, de 2011, que tratam dos subsídios de magistrados e integrantes do Ministério Público.

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna,

esclarece que a colheita de assinaturas objetiva a análise das matérias pelo Plenário em regime de urgência, sem a necessidade de que passem pelas comissões.

Os PLs estão na pauta de votações da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara. Antes de seguir para o Plenário da Câmara, as propostas precisam ainda ser analisadas pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça, para só então serem apreciadas no plenário da Casa. *A*

Anamatra recebe proposta de implantação da remuneração por subsídio para servidores

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, recebeu, no dia 9 de novembro sede da entidade em Brasília, visita de diretores da Associação Nacional dos Analistas, Técnicos e Auxiliares do Poder Judiciário e Ministério Público na União (Anata). Estiveram presentes o secretário-geral da Anata, Stanley Silva, e o diretor de Relações Institucionais, Rodrigo Walladares.

Na ocasião, a Anata apresentou documento com informações relativas aos Planos de Cargos e Salários (PCS) do Poder Judiciário da União e do Ministério Público da União, que tramitam na Câmara dos Deputados. Sant'Anna recebeu material e encaminhou para análise da Diretoria de Assuntos Legislativos.

A proposta da Anata é a implantação da remuneração por subsídio

para as carreiras do Poder Judiciário da União e do MPU. Segundo a entidade, "esta modalidade apresenta-se mais compatível com os critérios objetivos e voltados à preservação do interesse da coletividade de servidores e à satisfação efetiva do interesse público, dados o declínio do impacto orçamentá-

rio e a continuidade do aperfeiçoamento da prestação jurisdicional".

Pela Anamatra, também participaram do encontro Leonardo Ely, membro do Conselho Fiscal, os integrantes da comissão legislativa Cristina Valero e Luiz Cláudio Branco, e o juiz Adriano Dantas, presidente da Amatra 13 (PB). *A*



Foto: Arquivo Anamatra

Anamatra critica projeto que ins para servidores p

O juiz Guilherme Feliciano, presidente da Anamatra 15 (Campinas e Região), representou a Anamatra, no dia 8 de novembro, em audiência conjunta das comissões de Seguridade Social e Família e de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados para discutir o Projeto de Lei 1992/07, do Poder Executivo. Os juízes Leonardo Ely, do Conselho Fiscal da Anamatra, e os integrantes da Comissão Legislativa Cristina Valero e Luiz Claudio Branco também acompanharam a audiência.

O PL 1992/07, que tramita em regime de urgência constitucional, institui o regime de previdência complementar para os servidores

públicos federais titulares de cargo efetivo e autoriza a criação de uma entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal, a Funpresp.

Na prática, o projeto limita a aposentadoria dos servidores públicos contratados após o início do funcionamento da entidade de previdência complementar ao limite do Regime Geral de Previdência – hoje em R\$ 3.691,74. Caso queira receber uma aposentadoria maior, o funcionário público deverá aderir ao plano de aposentadoria complementar, a ser gerido pela Funpresp.

A alíquota de contribuição do trabalhador será definida por ele próprio. Já a contribuição do poder público será limitada a 7,5%.

Em sua intervenção, Guilherme Feliciano afirmou que a proposta vem preocupando a magistratura do Trabalho, por ferir os princípios constitucionais da seguridade social de gestão democrática e solidariedade. Nesse aspecto, o magistrado criticou a gestão dos recursos da previdência complementar para servidores públicos. “O que fere de morte o PL 1992/07 é a terceirização da gestão dos recursos”, disse.

Ainda sobre a questão principiológica, Guilherme Feliciano alertou



Foto: Agência Câmara

stitui previdência complementar públicos federais

para a forma de escolha não democrática dos integrantes do conselho gestor do Funpresp, que seria feito pelos poderes. “Qual a participação que associações, sindicatos, por exemplo, teriam?”, questionou. “Não se considera a participação dos diretamente interessados, mas dos chefes de poderes que podem se guiar apenas por interesses políticos”. Outra preocupação do magistrado é com a possibilidade de terceirização da gestão do fundo. “Como eu posso pensar em gestão democrática se ela sequer é própria?”

Para Guilherme Feliciano, a proposta de trazer os servidores públicos para um tratamento análogo aos trabalhadores em geral deve ser melhor debatida. “É altamente discutível a ideia que essa homogeneização seja necessária em um Estado Democrático de Direito, até em face das peculiaridades do serviço público, que não possui uma série de garantias que há na iniciativa privada”, disse.

O magistrado ressaltou, por fim, a preocupação da magistratura do Trabalho com a proposta. “A Anamatra posiciona-se firmemente contra a aprovação do PL 1992. E, caso o projeto caminhe, propõe a segregação dos planos de previdência complementar, a bem da saúde financeira da Funpresp, contemplando os novos membros da Magistratura e do Ministério Público da União”, alertou.

* Com informações da Agência Câmara

Previdência no Supremo Tribunal Federal (STF)

O diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, Germano Siqueira, participou no dia 11 de novembro da primeira reunião do grupo de trabalho instituído pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para discutir as mudanças no regime de previdência dos servidores públicos federais propostas pelo Governo Federal. O grupo, coordenado pelo ministro Marco Aurélio, é formado por especialistas em direito previdenciário, representantes dos tribunais superiores, do Ministério Público da União (MPU), do Tribunal de Contas da União (TCU), além de entidades de classe.

O grupo vai analisar o Projeto de Lei nº 1992/2007. O objetivo é marcar a posição do Poder Judiciário a respeito dos pontos considerados problemáticos no projeto, a exemplo da escolha dos gestores da Funpresp. “Vamos discutir mais o projeto e ver se ele atende ao objetivo da Constituição Federal”, afirmou o ministro Marco Aurélio. “Nossa preocupação não é apenas com a situação dos servidores públicos que virão a ingressar no novo sistema, mas com a qualidade do serviço público de amanhã”, disse. *A*



Foto: Nelson JR/SCO/STF

“Nossa preocupação não é apenas com a situação dos servidores públicos que virão a ingressar no novo sistema, mas com a qualidade do serviço público de amanhã”

Ministro Marco Aurélio

Anamatra contesta editorial do jornal o Estado de São Paulo

A Anamatra enviou ao jornal O Estado de S. Paulo carta em resposta ao editorial publicado no dia 7 de novembro. No texto, assinado pelo presidente Renato Sant'Anna, a entidade afirma que, no episódio dos Jogos Nacionais da Anamatra e das críticas aos patrocínios recebidos, "os juízes do Trabalho brasileiros foram condenados sem julgamento".

Na carta, Sant'Anna lembra que o evento é realizado há sete anos com o objetivo de estimular a interação

dos associados e promover atividades que possam, de alguma forma, beneficiar a própria Justiça do Trabalho, considerada a mais ágil do país. "Temos consciência que a imagem da Justiça se fortalece também quando os direitos dos membros do Judiciário – de se organizar, de realizar eventos 'de lazer' e também de receber o que a Constituição estabelece – são respeitados. Lamentavelmente vemos que pouco disso está acontecendo", disse. Confira a íntegra da Carta:

CARTA AO ESTADÃO

Prezados senhores,

Como todo juiz, tenho obrigação de analisar os fatos com o devido cuidado antes de apontar ilegalidades ou desvios éticos. Por princípio, não posso levantar suspeitas antes de qualquer avaliação ou, pior, presumir a má-fé. Infelizmente vejo, no caso dos Jogos Nacionais da Anamatra, que os juízes do Trabalho brasileiros foram condenados sem julgamento. O editorial

"O lazer dos juízes e a imagem da Justiça" usou palavras fortes – tráfico de influência – ao vincular patrocínios de empresas públicas e privadas a eventos de entidades representativas.

E ainda temos que aguentar o cinismo das críticas do presidente da OAB nacional falando de patrocínios, quando sabemos que a entidade dos advogados realizará em poucos dias um evento de grandes proporções patrocinado com recursos públicos e privados e que contará com show humorístico e de música (Titãs e Toquinho), bem como com a presença de inúmeros agentes públicos (ministros de Tribunais Superiores, inclusive a ministra Eliana Calmon, citada no editorial, membros do MP etc). Discutirá, inclusive, a advocacia pública, que defende os entes estatais em face de demandas de algumas das empresas patrocinadoras.

Todo patrocínio e publicidade, na minha visão, têm sim uma "segunda intenção", perfeitamente ética e moral. Os patrocinadores do evento da OAB (Banco do Brasil, Petrobras, Governo do Paraná, Itaipu Binacional, Sanepar, OAS, FIEP, Oi, TAM, Chevrolet, Copel e outros) têm interesse mercadológico, disputam mercado ou estimulam turismo (por exemplo, o governo do estado). E isso acontece quando anunciam também, sem que isso signifique suspeição sobre órgãos de imprensa ou jornalistas.

No caso dos Jogos Nacionais da Anamatra, realizados há sete anos, nossa entidade tem por objetivo estimular a interação dos nossos associados, promover atividades que possam, de alguma forma, beneficiar a própria Justiça do Trabalho, considerada a mais ágil do país. Cada um dos 320 juízes "e seus acompanhantes", como ressalta a mídia, pagaram para estar ali, não receberam recursos públicos ou privados para participar dos jogos. Pagaram suas viagens (e de seus acompanhantes), pagaram hospedagem (e de seus acompanhantes) e pagaram taxa de inscrição (R\$ 200) para interagir, praticar esportes, descontraír a mente diante da alta carga de trabalho. De alguma forma, isso faz bem para a Justiça do Trabalho, acreditamos.

Temos consciência que a imagem da Justiça se fortalece também quando os direitos dos membros do Judiciário – de se organizar, de realizar eventos "de lazer" e também de receber o que a Constituição estabelece – são respeitados. Lamentavelmente vemos que pouco disso está acontecendo. *A*

Renato Henry Sant'Anna
Presidente da Anamatra

Magistrados alertam para prejuízos ao trabalhador terceirizado



Foto: Divulgação

O diretor de Informática da Anamatra, Valter Pugliesi, representou a entidade no lançamento do Fórum em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, realizada no dia 17 de novembro em um auditório da Câmara dos Deputados. O ex-presidente da Anamatra Grijalbo Coutinho também participou do encontro, representando a Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho (ALJT).

“A Anamatra tem posicionamento já firmado em relação à terceirização. E nossa posição se afina perfeitamente com as posições e diretrizes definidas neste Fórum”, disse Valter Pugliesi. “O juiz do Trabalho se preocupa muito com o tema por causa da nossa atuação. Nós sempre nos deparamos com situações que demonstram a precarização que é consequência da terceirização”, explicou.

Segundo Grijalbo Coutinho, a terceirização tem sido disseminada sob propaganda de que “serve para especializar a

“No plano do mundo ideal não há terceirização nenhuma, porque qualquer tipo dela significa precarização, porque implica em diminuição do trabalhador. A terceirização é o câncer das relações de trabalho”

Grijalbo Coutinho

produção”, mas na verdade esse é um discurso construído pelo capital, que tem dois objetivos centrais, conforme explicou o magistrado. “O primeiro é que há redução de custos de mão de obra. A segunda razão de ser da terceirização é afugentar e dividir os trabalhadores, em um modelo de produção que fragmenta a sua organização, que corre o risco de ser definitivamente comprometida”, alertou Coutinho.

“O capital quer muito mais, quer ampliar a terceirização para todos os segmentos, em qualquer setor, e não quer reconhecer a responsabilidade de um tomador de serviço. E isso é muito grave. Nós estamos falando de um assunto que mais afeta o Direito do Trabalho”, alertou o ex-presidente da Anamatra. “No plano do mundo ideal não há terceirização nenhuma, porque qualquer tipo dela significa precarização, porque implica em diminuição do trabalhador. A terceirização é o câncer das relações de trabalho”, concluiu. *A*

Dirigentes da Anamatra prestigiam posse dos novos coordenadores do Coleprecor

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, e o vice-presidente, Paulo Schmidt, prestigiaram, no dia 30 de novembro, a posse do novo coordenador do Colégio de Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor), Renato Buratto. Como vice-coordenadora foi empossada a desembargadora Vânia Maria da Rocha, presidente do TRT da 14ª Região (RO). O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro João Oreste Dalazen, também participou da solenidade.

Renato Buratto é presidente do TRT-15 (Campinas e Região), onde o presidente da Anamatra é juiz. Por isso, o corregedor do TST, ministro Barros Levenhagen, que também foi juiz na 15ª Região, elogiou o destaque dos magistrados da Região. "Sinto-me muito honrado e satisfeito pela escolha de Buratto, assim como com a eleição do Renato Sant'Anna como presidente da Anamatra", afirmou. "Espero que a nova coordenação tenha o bom desempenho que tiveram os desembargadores Carlos Alberto Robson e Osmair Couto", desejou o



Foto: Arquivo Anamatra

ministro, referindo-se aos magistrados que estavam à frente do Coleprecor.

e-Gestão

Antes da cerimônia de posse, a desembargadora Ana Paula Lockman (TRT-15) apresentou dados de 2011 do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho, o e-Gestão. O sistema é uma ferramenta de gerenciamento e planejamento de todas as

atividades da justiça trabalhista. Foram apresentados números referentes à estrutura administrativa e atividade judicante do primeiro e do segundo grau. "O sistema facilita sobremaneira o trabalho da Corregedoria, pois mostra de imediato tudo que se passa nos tribunais regionais", destacou o Ministro Barros Levenhagen, Corregedor-geral da Justiça do Trabalho. "O Judiciário Trabalhista é pioneiro na transparência de seu trabalho". *A*



A **Anamatra** está nas mídias sociais para se aproximar de você, **associado**, que faz da nossa entidade uma instituição que cuida das prerrogativas dos magistrados do Trabalho sem esquecer das lutas por uma sociedade melhor e mais justa para todos. Acesse nossos canais de comunicação e saiba o que a Anamatra tem feito pelo juiz do Trabalho e pelo cidadão brasileiro.

www.anamatra.org.br
www.facebook.com/anamatra
www.twitter.com/anamatra
www.youtube.com/tvanamatra
www.flickr.com/photos/anamatra



Anamatra e Ajufe rebatem críticas da ministra Eliana Calmon a eventos de juízes

NOTA PÚBLICA

A respeito da matéria publicada na edição do dia 4 de novembro do jornal "O Globo", com o título "Corregedora quer regras para eventos de juízes", a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) manifestam indignação e perplexidade com a possibilidade da Corregedoria Nacional de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pretender cercar ou limitar direitos previstos na Constituição garantidos a todos os brasileiros e irão recorrer ao Poder Judiciário se essa proposta manifestamente ilegal e inconstitucional for acolhida.

De fato, a Constituição da República garante a liberdade de associação (art.5º, XVII) e expressamente proíbe a intervenção de órgãos do Estado no funcionamento destas (art. 5º, XVIII). Não pode, tampouco, a Corregedoria Nacional de Justiça pretender disciplinar o direito de reunião de juízes, pois inerente a todos os brasileiros (art. 5º, XVI) e ao regime democrático.

A Corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, já participou de encontros de juízes, seja como palestrante, seja como diretora de associação nacional, realizados nos exatos moldes dos quais ela hoje combate por meio da imprensa com tanta veemência.

Quanto aos patrocínios de empresas públicas e privadas, não é demais lembrar que também a Constituição da República protege a livre iniciativa como princípio da ordem econômica e financeira (art. 170, caput),

em cujo contexto insere-se o patrocínio de eventos acadêmicos, políticos, culturais e esportivos.

A Anamatra e a Ajufe repelem qualquer insinuação de que tais patrocínios possam interferir no livre convencimento e na liberdade de decisão dos juízes. A própria Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entidade autárquica, que executa serviço público indispensável à administração da Justiça através do trabalho dos advogados, irá promover a 21ª Conferência Nacional dos Advogados, nos quais se incluem advogados da União, defensores públicos e procuradores federais, com patrocínio de órgãos públicos e empresas públicas e privadas. Entre eles: Governo Federal, Banco do Brasil, Petrobras, Governo do Paraná, Itaipu Binacional, Sanepar, OAS, FIEP, Oi, TAM, Chevrolet, Copel entre outras.

O ato de correição deve ser realizado com coerência, isenção e discricionariedade para combater as ilicitudes e não atos lícitos expressamente albergados pelo texto constitucional.

Brasília, 4 de novembro de 2011.

Renato Henry Sant'Anna
Presidente da Anamatra

Gabriel Wedy
Presidente da Ajufe

CNJ E CSJT

Anamatra defende direitos dos juízes do Trabalho aposentados

A Anamatra protocolou no Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) pedido de ingresso como assistente em processo da Amatra 5 (PET 59200-60-2009.5.05.0000) no qual a entidade defende que os magistrados do Trabalho aposentados continuem a ser beneficiados, de forma permanente, com as vantagens previstas nas Leis nº 1.711/1952 e 8.112/90.

O pleito é no sentido de que os magistrados que se aposentaram no 1º grau de jurisdição na vigência das referidas leis continuem a perceber

subsídio do cargo imediatamente superior. Para magistrados que se aposentaram no 2º grau de jurisdição, na vigência do primeiro diploma normativo, o pedido é no sentido de que seja percebida a parcela congelada e autonomizada de 20% além do seu subsídio e, na vigência do segundo, percepção da parcela congelada e autonomizada relativa à diferença entre a remuneração do seu cargo à época da aposentação e do cargo imediatamente anterior, além do subsídio.

Em seu pedido, Anamatra lembra que decisões do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em pedidos de providências (666 e 1.471) cuidaram de preservar os direitos dos magistrados aposentados, sejam eles de 1º e 2º graus. Nesse sentido, a Anamatra defende que a revogação da Resolução nº 76/2010 do CSJT, que dispõe sobre a matéria e o restabelecimento do texto normativo original da Resolução nº 56/2008 ou edição de nova norma que assegure as vantagens aos aposentados. *A*

Homenagens a fundadores celebração dos 35

A Anamatra celebrou, na noite do dia 7 de dezembro, 35 anos de fundação. A solenidade foi realizada em Brasília e contou com a presença de autoridades dos Três Poderes. “É uma honra estar aqui como presidente da Anamatra neste momento”, disse o presidente da entidade, Renato Henry Sant’Anna, na abertura do evento.

“Dezembro é época de fechar o ano, um ano que foi difícil para nós e ainda está sendo. Por isso, peço que hoje aqui haja conagração entre vocês, para que ainda tenhamos força para enfrentar as lutas até o fim do ano, no Congresso e nas outras frente de atuação da Anamatra”, completou Sant’Anna. Depois do discurso do presidente da Associação, os convidados assistiram ao vídeo institucional da Anamatra.

A solenidade contou com a presença de diversos fundadores da entidade, entre eles o

seu primeiro presidente, ministro Ronaldo Lopes Leal (Amatratra 4/RS), que destacou que ao longo destes 35 anos, a atuação e o propósito da Anamatra mudaram bastante, tendo em vista que as condições sociais, políticas e econômicas do País são outras. “Hoje não temos mais uma associação que luta apenas pelos interesses da categoria. Hoje a Anamatra defende os direitos humanos e das minorias”, afirmou o magistrado.

Leal foi homenageado com uma medalha, assim como, Genésio Vivâncio Solano Sobrinho (Amatratra 15/Campinas e Região), Horário Senna Pires (Amatratra 5/BA), Marilda Izique Chebabi (Amatratra 15/Campinas e Região) e Vicente José Malheiros da Fonseca (Amatratra 8/PA).

Além disso, também foram homenageados os ex-presidentes da Anamatra presentes à solenidade: Antonio Carlos Facioli

Chedid, Cádio José Montesso, Fernando Américo da Veiga Damasceno, Grijalbo Fernandes Coutinho, Gustavo Tadeu Alkmim, Hugo Cavalcanti Melo Filho, Ilce Marques de Carvalho, Ivanildo da Cunha Andrade e Luciano Athayde Chaves.

Todas as 24 Amatrás, assim como todos os membros da atual diretoria da Anamatra, também receberam homenagens – placas e medalhas – pelos 35 anos de existência da entidade.

Lançamento

Ainda durante a solenidade, o juiz auxiliar do Tribunal Superior do Trabalho e ex-diretor de Direitos Humanos da Anamatra, Marcos Fava, lançou a reedição do livro publicado pela Anamatra “Trabalho Escravo Contemporâneo: o desafio de superar a negação”, organizado por ele e pelos juizes Andréa Nocchi e Gabriel Napoleão Velloso Filho.



s e ex-presidentes marcam anos da Anamatra

Fotos: Arquivo Anamatra



Ministra Kátia Arruda lança livro

A ministra do Tribunal Superior do Trabalho Kátia Arruda também lançou seu livro "Mãe, conte-me uma história" na solenidade. A obra traz seis contos infantis baseados na vida da ministra e dos filhos Gabriel, de 10 anos, que tem coautoria no conto "As vaidades dos planetas", e Lara, de 8 anos, que pintou parte das ilustrações do livro.



Anamatra lança vídeo institucional

Na comemoração dos 35 anos a Anamatra também lançou seu vídeo institucional. Ele está disponível no canal da TV Anamatra no Youtube (www.youtube.com/tvanamatra) e no portal da entidade.

Juiz do Trabalho participa de audiência pública sobre novo Código de Processo Civil

O presidente da Anamatra 15 (Campinas e Região), Guilherme Feliciano, representou a Anamatra em audiência pública realizada no dia 22 de novembro na Câmara dos Deputados para debater o Projeto de Lei 6025/05, que reformula o Código de Processo Civil (CPC). O encontro foi conduzido pelo presidente da comissão especial que analisa o PL, deputado Fábio Trad (PMDB-MS), e contou com a presença de parlamentares e representantes da advocacia, das procuradorias estaduais e municipais e do universo acadêmico.

Em sua participação, Feliciano fez elogios e críticas a respeito da proposta de lei. Segundo ele, pontos fundamentais elaborados pela comissão de juristas designada pelo Executivo para construir o PL foram mantidos até agora e assim devem permanecer. “Primeiro, a subordinação do procedimento às necessidades do direito material. A expressão parece muito técnica, mas parte basicamente da ideia de que o processo é sempre instrumental. Não adianta firmar prazos, estabelecer um procedimento rigoroso, inflexível, para que ao final do processo isso conduza ao juiz dizer ‘declaro extinto o processo sem resolução de mérito’”, destacou.

“A finalidade da Justiça é efetivamente dar ao cidadão o bem da vida que ele pretende e que é objeto de resistência em um conflito de interesses. Ou não dá-la, mas ao menos dizer isso no mérito. E isto efetivamente foi feito e aqui há um passo relevante na redação atual do artigo 118, quando o inciso 5º diz que o juiz dirigirá o processo conforme as posições deste código, incumbindo-lhe dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção do meio de prova, adequando-os às necessidades do con-

flito de modo a conferir maior efetividade à tutela do meio jurídico”, completou.

Ainda enaltecendo o trabalho da comissão de juristas, o magistrado comentou a incrementação que o novo código permitirá aos poderes diretivos e instrutórios do juiz.

“Ninguém saberá melhor das necessidades do processo do que o juiz do caso concreto. Num primeiro momento, no fragor do debate do caso concreto, que se dê ao juiz a possibilidade efetivamente de dirigir a instrução e de exercer poderes diretivos com a máxima amplitude possível”, opinou.

“O juiz deve socorrer a parte e isso acontece muito na Justiça do Trabalho. A inicial às vezes chega inepta e o juiz do Trabalho, ao invés de simplesmente declarar extinto o processo, permite à parte que faça as emendas necessárias, muitas vezes orientando sobre o que falta para que a peça siga adiante”.

Democracia no Judiciário

O magistrado também aproveitou a oportunidade para falar de uma questão importante: a democracia no Poder Judiciário. De acordo com Guilherme Feliciano, já que os membros da Justiça



Foto: Arquivo Anamatra

não são eleitos, como acontece no Executivo e Legislativo, dois pontos permitem que o Judiciário seja democrático. “O primeiro ponto é a possibilidade da construção dialógica da decisão. O juiz, para construir a decisão final, precisa ouvir todas as partes. Ele está obrigado a ouvir a parte. Então a construção não é dele, é dialógica, de todos”, explicou. “E o segundo ponto é a fundamentação, que é o que garante à parte o poder de discutir e, se for o caso, derrubar as premissas segundas as quais o juiz decidiu”.

Para encerrar sua participação, o representante da Anamatra fez algumas críticas pontuais ao novo Código de Processo Civil, como em relação ao artigo 204, que fala da possibilidade de responsabilizar disciplinarmente o juiz pela mora. “Não tenho nada contra isso, mas apenas levo em consideração que matéria de punição disciplinar de juizes não é matéria de lei ordinária federal, mas sim de lei complementar, conforme diz o artigo 93 da Constituição”, explicou. “Além disso, a Lei Orgânica da Magistratura fala de prazos, mas de prazos descumpridos injustificadamente. Ou seja, se há uma justificativa, isso deve ser respeitado e o magistrado não pode ser responsabilizado por isso”.

Quanto ao artigo 15, onde o processo do Trabalho é eliminado, Feliciano comentou que surgirão dúvidas durante o processo laboral em relação à possibilidade de se recorrer às normas do processo civil, já que houve omissão. “A sugestão da Anamatra é que o processo do Trabalho volte ao artigo 15, tornando possível que o juiz trabalhista, com alguma omissão da CLT, possa buscar princípios e regras no CPC, desde que compatíveis”, encerrou o magistrado. *A*

Anamatra debate nova lei do aviso prévio

O juiz Luiz Antônio Colussi, da 4ª Região (RS), representou a Anamatra no dia 18 de novembro no Seminário sobre a Lei nº 12.506/11, que trata do novo aviso prévio e suas implicações. O evento foi promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee).

Na visão da Anamatra, a Lei nº 12.506/11 representa um avanço e vai ao encontro da Constituição Federal e de sua vocação em inibir a despedida arbitrária. Mas, para a entidade, a proposta legislativa ideal para regulamentar o aviso prévio proporcional seria o PLC 112/089, que tramita no Senado Federal e cujo anteprojeto foi sugerido pela Anamatra, que estipula prazos para o aviso conforme o tempo de serviço do empregado na empresa, podendo chegar a 180 dias corridos, se o trabalhador for contratado há mais de 15 anos.

Para Colussi, o seminário possibilitou que a Anamatra pudesse demonstrar ao conjunto de trabalhadores dos estabelecimentos de ensino sua preocupação com a concreção dos direitos sociais e com a efetividade da Lei nº 12.506/11. “Restou claro, em nossa visão, que a Lei é tímida no que se refere à quantidade de dias por ano trabalhados, que a proporcionalidade se conta ao completar o primeiro ano, e que se destina aos trabalhadores”,



Foto: Ascom/Contee

disse. Para Colussi, há também a possibilidade de ser reconhecido o direito para os contratos extintos antes da promulgação da lei, controversia que será dirimida pelo Judiciário, já que a mesma regulamenta direito já existente na Constituição Federal.

A Lei nº 12.506/11, que já está em vigor, estabelece que os trabalhadores que tiverem até um ano de trabalho na mesma empresa tenham direito ao aviso prévio de 30 dias, garantido pela Constituição. A esse período, deverão ser acrescentados três dias para cada

ano de serviço prestado na mesma empresa, limitados a 60 (equivalente a 20 anos de trabalho). Assim, a soma desses períodos perfaz um total de 90 dias de aviso prévio.

Além do magistrado, participaram o advogado Giovanni Pereira, representando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG), Jefferson Calaça, presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat) e Zilmara David de Alencar, secretária de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho (MTE). *A*

Frente Associativa debate recomposição dos subsídios com vice-líder do Governo no Congresso



Foto: Arquivo Anamatra

No dia em que mais de 80% dos magistrados trabalhistas paralisaram suas atividades para reivindicar seus direitos (30/11), o presidente da Anamatra, Renato Sant’Anna, acompanhado do vice, Paulo Schmidt, e do diretor Financeiro, Gilberto Leitão, reuniu-se com o vice-líder do Governo no Congresso, deputado Gilmar Machado (PT-MG). Membros da Frente Associativa da Magistratura e Ministério Público da União também participaram do encontro.

Os magistrados e membros do MP questionaram o parlamentar acerca dos projetos que recompõem as perdas inflacionárias das duas carreiras. De acordo com Gilmar Machado, até o próximo dia 15 de dezembro as propostas devem ser votadas.

Os dirigentes associativos manifestaram ao parlamentar a preocupação com a recomposição apenas parcial que tem sido ventilada pela imprensa e com a manutenção do mecanismo de recomposição previsto no projeto do STF. *A*

Integrantes da Comissão da Revista Trabalhista reúnem-se em Brasília

Integrantes da Comissão da Revista Trabalhista Direito e Processo reuniram-se no dia 7 de novembro na sede da Anamatra, em Brasília, para analisar as sentenças, acórdãos e artigos científicos que poderão ser publicados na 40ª edição.

Participaram do encontro o diretor de Formação e Cultura da Anamatra, Narbal Fileti, e os magistrados Alexandre Teixeira de Freitas Bastos (Amatra 1/RJ), Cléber Lúcio Almeida (Amatra 3/MG), Guilherme Ludwig (Amatra 5/BA) e José Aparecido dos Santos (Amatra 9/PR). Os demais integrantes da Comissão, que não puderam comparecer ao encontro, deliberaram virtualmente sobre o material recebido.

A Revista Trabalhista Direito e Processo é importante veículo crítico de divulgação de ideias na área do Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, com ênfase em matérias atinentes à nova competência da Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional nº



Foto: Arquivo Anamatra

45 e aos impactos do Processo Civil no Processo do Trabalho. Também aborda outros ramos do Direito e do conhecimento, desde que guardem relação com o mundo do trabalho e com a atuação da Justiça.

O periódico divulga sentenças, acórdãos e artigos científicos da área jurídica. Para participar, basta conferir

as regras para envio dos documentos, disponíveis nos editais da Revista, que são veiculados periodicamente na área de "Publicações" do site da Anamatra.

Assinatura

A assinatura da Revista poderá ser feita através do site da editora - www.ltr.com.br, com desconto de 30%. *A*

Anamatra e OIT discutem realização de seminário sobre HIV/Aids



Foto: Arquivo Anamatra

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, e os integrantes da Comissão Legislativa da entidade Cristina Valero e Luiz Claudio Branco receberam no dia 9 de novembro visita da Oficial do Projeto para HIV/AIDS e Mundo do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Ana Lúcia Monteiro.

Na ocasião, os magistrados e a representante da OIT discutiram a possibilidade da realização conjunta de um seminário sobre o tema. Monteiro também pediu auxílio à Anamatra para organizar uma publicação com a compilação da legislação e jurisprudência sobre a matéria no Brasil.

A luta contra a discriminação do trabalhador portador do HIV/AIDS está na agenda da Anamatra. Uma das ações promovidas pela entidade nesse sentido ocorreu em Curitiba (PR), nos dias 30 de junho e 1º de julho, quando a Anamatra realizou o "Seminário Aids e Trabalho - um ano da Recomendação 200 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)". *A*

Anamatra faz doação para Associação Vida Inteira

Fotos: Arquivo Anamatra



O diretor de Informática da Anamatra, Valter Pugliesi, visitou no dia 17 de novembro a Associação Vida Inteira. Fundada em 2005, a entidade tem como objetivo de realizar serviços de assistência social e desenvolver projetos educacionais, culturais e sociais na região de Águas Lindas de Goiás, localizada no entorno de Brasília. A Associação atende diariamente cerca de 30 crianças carentes.

O magistrado entregou às crianças kits de material institucional da Anamatra, incluindo mochilas, materiais gráficos e camisetas de eventos promovidos pela entidade. Em um breve discurso, ressaltou aos familiares presentes a importância de manter as crianças na escola. "A educação é primordial", disse.

Voluntários que trabalham na Associação Vida Inteira agradeceram a doação, entre eles o fundador da entidade, Francisco Aires, que saudou o apoio oferecido pela Anamatra.

Conheça um pouco mais sobre a Associação Vida Inteira: <http://associacaovidainteira.blogspot.com/>



Anamatra lamenta falecimento da ex-dirigente da entidade Fátima Stern

Foto: Arquivo Anamatra

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) vem a público externar profundo pesar pelo falecimento da juíza Maria de Fátima Coelho Borges Stern, que esteve à frente das diretorias de Comunicação (2005-2007) e Formação e Cultura (2007-2009), além da secretaria-geral (2009-2011).

“Temos que prestar homenagens à nossa querida colega e amiga, que muito fez pela nossa associação nacional e pela magistratura brasileira”, afirma o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna.

A Anamatra se solidariza com a família de Fátima neste momento de tristeza e consternação. A entidade presta, ainda, homenagem à juíza por meio do texto abaixo, escrito pelo ex-presidente da Anamatra Cláudio Montesso (2007-2009), pessoa com quem conviveu e dividiu anseios, dificuldades e vitórias à frente da Anamatra no período de 2007 a 2009.

Brasília, 18 de novembro de 2011.

Renato Henry Sant’Anna
Presidente da Anamatra



Fátima

Fátima é uma pequena cidade portuguesa, onde no início do século passado três crianças viram a imagem de Maria no alto de um arbusto. Fátima é um nome deixado pela herança moura na Península Ibérica. Mas com a Maria, de Fátima, o nome se incorporou definitivamente na cultura católica do ocidente. E inúmeras Marias de Fátima surgiram em Portugal, no Brasil e nas colônias lusitanas. Minha família, católica como toda boa família de origem italiana, tem a sua. Como tem também a sua Rita de Cássia, outra figura santa, de menor envergadura que a Maria, mãe de Jesus. Essa é minha irmã de sangue. A única que tive fruto do amor de meus pais. E embora ela merecesse muitas elegias, não é sobre essa irmã que eu quero falar agora.

É sobre outra, que não foram meus pais que geraram, mas que a vida me deu de maneira muito generosa. Maria de Fátima, para muitos amigos só Fátima. Mas para muitos outros, inclusive desconhecidos, Fátima Stern, que como diz o teutônico sobrenome adquirido no amor por Joaquim, era uma Estrela. Com seu brilho iluminou minha vida.

Irmã que entrou na vida depois dos quarenta, mas vai ficar para sempre. Irmã mesmo, no mais profundo dos sentidos, irmã na comunhão do bem querer, na identidade de

interesses, na simpatia, no amor um pelo outro. Irmã a quem se ama e com quem se briga, e muito e inúmeras vezes, como dois irmãos sempre fazem, mas que ao final, continuam se amando e compartilhando. Amor fraterno, que não se explica de forma muito fácil para vidas que se cruzam já na metade delas. Mas que se deve aprender a aproveitar cada instante como se fosse o último.

Deixamos a empatia natural aflorar na amizade permanente, na realização de coisas boas e importantes e na obsessão pelo trabalho coletivo e em prol do coletivo. Fátima deu a mim, mas também a milhares de colegas, seus melhores e maiores esforços na busca de uma sociedade melhor, de um direito do trabalho mais justo, de uma Justiça mais democrática e mais eficiente. Deu-se por inteira e de forma irremediável. Privou-se do marido, dos filhos, mas não se privou da neta.

Logo que a conheci tive contato com uma das suas mais marcantes características: a dedicação incondicional ao trabalho que realiza e sua elétrica forma de conduzir esse trabalho. Era a verdadeira e real negação do estereótipo preconceituoso que se tem dos baianos. Para ela nada ficava para depois, tudo era para antes e com isso ganhava simpatia e reconhecimento pela sua competência.

O que talvez muitos não soubessem que é que essa luta era travada para ajudar a enfrentar outra, da qual pouco se referia, para a qual nunca se entregou, nunca se deu por vencida. Não conheço a etimologia da palavra Fátima, mas não há maior sinônimo para a minha irmã Fátima do que guerreira. Há outro que poderia ser associado a esse, vitoriosa. Guerreira e vitoriosa.

Acompanhei, em parte do tempo, sua luta. De seu amado Joaquim, de seus filhos e de seus pais, de quem era filha única. Fui testemunha de seus anseios e de suas alegrias e frustrações. Há dois anos nos afastamos no espaço, mas mantivemos a proximidade na alma, como dois irmãos sempre fazem.

O destino lhe apresentou a dura luta pela vida de forma precoce e injusta. Não que ela a achasse injusta, éramos nós que assim achávamos. Nunca se queixou, nunca se permitiu a autocomiseração, nunca se deixou dizer fragilizada ou triste. E se em alguns momentos quis a vida lhe fraquejar, ela logo arrumava trabalho, para esquecer, para seguir em frente, para viver.

Uma vez eu disse aos seus pais que não sabia como agir quando ela se apresentava ao trabalho, pois ao mesmo tempo precisava, e muito, dela, mas não achava que estava abusando. Eles me disseram que isso a mantinha viva. Nunca mais me preocupei.

Sei que devia estar dizendo das suas realizações, de seu elogiado desempenho profissional e do seu sucesso como dirigente associativo da magistratura. Não poderia omitir especialmente uma de suas maiores obras que foi a I Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, que realizamos juntos com o TST e a Enamat. Mas isso é história, tem registro e é de domínio público. Prefiro dizer da minha irmã, companheira e amiga. É a emoção que me move, a razão se curvou, respeitosa, em sua homenagem.

Por isso estou triste, mas ao mesmo tempo resignado, pois sei que seu sofrimento teve um fim. O nosso, ao contrário, aumenta. Nós partilharemos a saudade e a tristeza de sua ausência. Mas quando formos flagrados na solidão de nossas lembranças, alargaremos o sorriso lembrando sua alegria e sua vontade de viver. E encontraremos no seu exemplo e na sua luta, força para enfrentarmos as batalhas de todo dia. A dor de não poder mais estar com ela de maneira terrena, será sublimada pela certeza de que estará em paz e isso apaziguará nossos corações.

Fátima é uma pequena cidade portuguesa. Há milhares de Marias de Fátima pelo mundo. Mas Maria de Fátima, a Stern, é minha irmã de coração, e como Estrela, seu brilho jamais se apagará. *A*

Cláudio Montesso

Presidente da Anamatra na gestão 2007-2009

Amatra 18 (GO) conquista direito de assento e voz nas sessões administrativas do TRT

A Amatra 18 (GO) conquistou uma histórica vitória para o movimento associativo. O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, na do dia 7, deferiu requerimentos da entidade para ter assento e voz nas sessões administrativas que envolvam interesses da magistratura, bem como de receber a pauta com antecedência.

Com a decisão, a Amatra de Goiás passou a ter direito a assento na bancada, podendo se manifestar sobre as questões que digam respeito aos interesses da magistratura, além de ter assegurado o direito de ser cientificada da pauta administrativa, o que garante maior condição de defesa dos direitos da categoria.

Para o presidente da Amatra 18 (GO), Platon Neto, a decisão é histórica e paradigmática. “O TRT de Goiás assumiu sua posição de vanguarda, valorizando a magistratura goiana. Espero que o exemplo seja seguido por outros tribunais”, ressaltou.

Na mesma linha, o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, enalteceu a conquista da Amatra 18. “Trata-se de um importante precedente, que também espero ser seguido pelos demais tribunais”, disse. *A*

“O TRT de Goiás assumiu sua posição de vanguarda, valorizando a magistratura goiana. Espero que o exemplo seja seguido por outros tribunais”

Platon Neto

Amatra 9 reúne-se com Prefeitura de Foz do Iguaçu

Em 2012, a cidade paranaense de Foz do Iguaçu vai sediar a oitava edição dos Jogos Nacionais da Anamatra. O evento esportivo será realizado de 31 de outubro a 04 de novembro, contando com o apoio da Amatra 9, entidade representativa dos juizes que atuam na Justiça do Trabalho do Paraná.

No dia 25 de novembro, o prefeito de Foz do Iguaçu, Paulo Mac Donald, recebeu o vice-presidente da Amatra 9 e secretário-geral da Anamatra, Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira, e a diretora Administrativa da Amatra 9, Valéria Rodrigues Franco da Rocha, para confirmar o apoio da Prefeitura à realização do evento na cidade.

Também participaram da reunião o secretário municipal de Planejamento Urbano, Wádis Vitório Benvenuti, o secretário municipal de Turismo, Felipe Gonzales, e o secretário municipal de Esporte e Lazer, Márcio Claudino Ferreira.

Na oportunidade, Fabrício Nogueira informou que o evento deve atrair mais de 800 pessoas de todo o Brasil. "A ideia não é só reunir os magistrados para uma competição, mas sim promover o conagraçamento entre todos os participantes e estimular a prática de atividades esportivas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de todos nós", considerou.



O magistrado lembrou, ainda, que há mais de 20 anos a Amatra 9 realiza encontros dos magistrados do trabalho paranaenses em Foz do Iguaçu. "Queremos agora trazer mais esse grande evento para mostrar aos colegas juizes de todo o país o que a cidade representa para o Paraná", ressaltou. *A*

* Com informações da Amatra 9/IPR e foto de Rosemary Navroski/AMN

Anamatra entrega convite a dirigentes do Tribunal Superior do Trabalho



O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, e o diretor de Formação e Cultura, Narbal Fileti, reuniram-se no dia 7 de dezembro com dirigentes do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Os magistrados estiveram com o presidente do Tribunal, ministro João Oreste Dalazen, com a vice-presidente, ministra Cristina Peduzzi, e com o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Barros Levenhagen.

Durante as audiências os dirigentes da Anamatra entregaram aos ministros convite para participar do 16º Congresso Nacional de Magistrados da Justiça do Trabalho, o Conamat. O evento acontece dos dias 1º a 4 de maio de 2012 em João Pessoa (PB) e terá como tema "Uma nova sociedade: um novo juiz do Trabalho". *A*

* Foto: Aldo Dias/Ascom TST

Campinas recebe 6º Encontro Nacional do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania

Cerca de 30 magistrados do trabalho estiveram reunidos nos dias 9 e 10 de novembro em Campinas (SP) para o 6º Encontro Nacional do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC). O objetivo foi compartilhar resultados e ações da iniciativa da Anamatra desenvolvida pelas Amatras em diversas Regiões do país, além de traçar metas para o ano de 2012.

Além de fazer um balanço das ações obtidas com o TJC, os magistrados também falaram da atualização da Cartilha do Trabalho em Quadri-nhos e da participação das Amatras nas Conferências Trabalho Estaduais do Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Outro ponto do Encontro foi a elaboração de um documento com as diretrizes éticas do Programa para uso das Amatras.

Para a diretora de Direitos Humanos da Anamatra, Sandra Bertelli, o evento demonstrou a excelência do Programa como instrumento de resgate da cidadania e promoção da

justiça social. “Podemos verificar, na prática, que o TJC tornou-se efetivamente uma referência nacional na defesa dos direitos humanos e do trabalho decente, promovendo conscientização no meio estudantil a respeito dos direitos e deveres básicos do cidadão”, disse.

“O Encontro demonstrou o crescimento geográfico do TJC, o seu aperfeiçoamento estrutural no país e a inovação trazida por novas experiências que se desenvolvem nas regiões”, completou a coordenadora nacional do TJC, Eliete Telles. A magistrada também ressaltou a importância da apresentação do Programa durante o 4º Seminário Nacional sobre o Trabalho Infante-Juvenil, promovido pela Amatra 15 no mesmo período.

Sandra Bertelli e Eliete Telles também agradeceram o empenho da Amatra 15 na pessoa da coordenadora do Programa na Região, Adriene Moura, bem como ao apoio do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e da Escola Judicial.

Amatras

O encontro deste ano contou com a participação de coordenadores do TJC das Amatras do Rio de Janeiro (Amatra 1), São Paulo (Amatra 2), Minas Gerais (Amatra 3), Rio Grande do Sul (Amatra 4), Bahia (Amatra 5), Pernambuco (Amatra 6), Ceará (Amatra 7), Pará (Amatra 8), Paraná (Amatra 9), Distrito Federal e Tocantins (Amatra 10), Rondônia e Acre (Amatra 14), Campinas e Região (Amatra 15), Espírito Santo (Amatra 17), Goiás (Amatra 18), Alagoas (Amatra 19) Sergipe (Amatra 20) e Rio Grande do Norte (Amatra 21).

Culminância

Seis escolas de jovens e adultos (EJA) da rede pública da Região tiveram a oportunidade de mostrar aos magistrados um pouco do que aprenderam com o TJC. Música, poesia, teatro, filmes e muita criatividade marcaram a chamada “culminância”, que encerrou o evento. *A*



Foto: Arquivo Anamatra

Pernambuco encerra ciclo 2011

“O Programa Trabalho, Justiça e Cidadania me ajudou a conhecer os meus direitos e deveres enquanto cidadã e futura trabalhadora. Também compartilhei em casa muitas das informações recebidas nas aulas. Minha tia, que é empregada doméstica, por exemplo, vai ter a carteira assinada porque eu a avisei sobre o seu direito e ela cobrou da patroa”. A declaração de Jéssica Teixeira, 13 anos, aluna da Escola Estadual Governador Barbosa Lima, no Recife (PE), evidencia a importância do Programa TJC, iniciativa da Anamatra que no Estado é executada pela Amatra 6 (PE).

Em novembro, Luciana e cerca de 6 mil estudantes beneficiados pelo Programa celebraram a conclusão de mais um ciclo do TJC no Estado. O fechamento da edição foi marcado por uma animada “disputa cultural”, com direito a jogos teatrais e vídeos produzidos pelos estudantes em cima da temática trabalhada pelo Programa ao longo do ano letivo. A diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra, Sandra Bertelli, prestigiou o evento.

Em clima de festa e muita torcida, os estudantes se reuniram no au-



Foto: Ascom Amatra 6 (PE)

ditório da Federação das Indústrias de Pernambuco (Fiepe), no bairro de Santo Amaro, Zona Norte do Recife, para acompanhar as apresentações dos colegas. A defesa dos direitos trabalhistas e o combate ao trabalho infantil foram as questões mais abordadas pelos jovens. Uma comissão julgadora formada por nove juízes, advogados e educadores teve a difícil missão de eleger e premiar os melhores trabalhos.

“O maior prêmio do TJC, no entanto, foi o conhecimento compartilhado com todos os alunos. Eles se sentiram motivados com a temática do Programa e se empenharam para conhecer seus direitos. Muitos, inclusive, apre-

sentaram melhora no comportamento e despertaram o interesse em buscar estágios e ingressar no mercado de trabalho”, afirmou a educadora de apoio Gilvany Melo, da Escola Professor Motta e Albuquerque.

Para 2012, a Amatra 6 espera ampliar o número de colégios atendidos e incluir novas temáticas no Programa, como os acidentes de trabalho. “Nossa intenção é chegar também às escolas do Interior do Estado”, revelou a presidente da entidade, juíza Luciana Conforti, destacando ainda que o TJC já beneficiou mais de 40 instituições de ensino na Região Metropolitana do Recife. *✍*

* Texto Ascom/Amatra 6 (PE)

Anamatra pede a senador Eduardo Suplicy apoio ao TJC

Representando a diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra, Sandra Bertelli, a diretora de Aposentados da entidade, Terezinha Kineipp, acompanhada da presidente da Amatra 10 (DF e TO), Noemia Porto, esteve com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) no dia 13 de dezembro, para solicitar apoio ao TJC. A pretensão da Anamatra é firmar um convênio com a gráfica do Senado a fim de que sejam impressas as cartilhas do Programa, uma vez que a iniciativa tem crescido bastante, já tendo atingido milhares de alunos da rede pública de ensino de quase todo o país.

“Viemos procurar o senhor não só por ser um senador da República,

parlamentar respeitado, mas também porque entre nós da Justiça do Trabalho o senhor é visto como uma liderança quando o assunto é cidadania”, disse Noemia Porto.

Terezinha explicou ao senador como funciona o TJC e falou sobre a parceria da Anamatra com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que permitiu a tradução da Cartilha do Direito Internacional do Trabalho para as línguas inglesa, espanhola e francesa.

Suplicy se mostrou receptivo ao pedido da Anamatra, mas explicou que há uma determinação para que sejam impressos na gráfica do Senado apenas materiais de autoria dos parlamentares. Entretanto, o senador

sugeriu que a Associação envie ofício explicando a relevância do TJC para a sociedade - já que traz noções dos direitos trabalhistas a crianças e jovens - para que a Mesa Diretora da Casa aprecie em caráter especial. *✍*



Foto: Arquivo Anamatra

Programa é apresentado ao diretor do Enamat

A diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra, Sandra Bertelli, e magistrados integrantes da Comissão Nacional do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) reuniram-se no dia 7 de dezembro com o diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), ministro Aloysio Corrêa da Veiga. Participaram a coordenadora nacional, Eliete Telles, e os juizes Gustavo Vieira e Rosemeire Fernandes.

Na ocasião, os magistrados entregaram ao ministro um estojo com o material institucional utilizado pelo TJC, incluindo o vídeo do Programa, a Cartilha do Trabalhador em Quadri-nhos e a Cartilha do Direito Internacional do Trabalho em quatro idiomas: português, inglês, francês e espanhol.

Ao reconhecer a importância do Programa, que já beneficiou mais de 50 mil jovens e trabalhadores, além de envolver mais de cinco mil professores em várias partes do Brasil, o ministro Aloysio Veiga considerou necessária para a formação do juiz a participação em ações de cidadania. O ministro ainda destacou que a Enamat e a Ana-



Foto: Arquivo Anamatra

matra podem desenvolver ações conjuntas nos cursos de formação inicial e de formação continuada dos magistrados do Trabalho, para aperfeiçoamento das atividades do juiz-cidadão.

Para a diretora da Anamatra Sandra Bertelli, o envolvimento de cada vez mais juizes do Trabalho será de grande importância para o Programa. "Estou certa de que poderemos expandir ainda mais as nossas ativida-

des e beneficiar um número maior de pessoas".

O juiz Gustavo Vieira, membro da Comissão Nacional do TJC, aceitou convite para ministrar aula relativa ao Programa na próxima turma de formação de novos juizes em março de 2012, a exemplo do que já ocorreu em 2009, quando magistrados receberam informações de ações de cidadania e estímulo ao trabalho social. *A*

Espírito Santo encerra ciclo de 2011 com apresentações artísticas

Juizes do Espírito Santo participaram, dia 25 de novembro, do encerramento do ciclo 2011 do TJC, na Escola de Ensino Fundamental Maria José Costa Moraes, em Vitória. O evento foi realizado na quadra do colégio e contou com a presença da coordenadora nacional do Programa, Eliete Telles, além de professores, alunos, pais e representantes da Secretaria Municipal de Educação.

Os alunos das 7.ª e 8.ª séries apresentaram trabalhos artísticos produzidos a partir dos temas discutidos em sala de aula, como direitos do trabalhador, da criança e do adolescente, ética e cidadania. Os estudantes esbanjaram criatividade. Houve exibição de pinturas, desenhos e cordel; apresentações de coral, dança, teatro e até um festival de música. Uma equipe da Ação Global ficou de plantão para emitir carteiras de identidade e de trabalho.

A administração do TRT-ES foi representada pelo desembargador Lino Faria Petelinkar. Também compareceram os juizes Welington Andrade, presidente da Amatra;

Ana Paula Rodrigues Luz Faria, supervisora do projeto no Espírito Santo; Cássio Ariel Moro, Suzane Schulz e a desembargadora aposentada Maria Francisca Lacerda, coordenadores regionais do Programa, além dos juizes Luís Cláudio Branco, Antônio Pires, Fabrício Zocolotti, Silvana Balbi, Ney Pimenta e Fátima Ferreira.

O TJC está sendo desenvolvido no estado pelo TRT-ES e Amatra 17, em parceria com a prefeitura de Vitória e apoio da ArcelorMittal. As atividades do Programa tiveram início em julho deste ano, com um curso de formação de multiplicadores para professores da Escola Maria José Costa Moraes. Os professores repassaram o que aprenderam para os alunos, em sala de aula, em todas as disciplinas. Em outubro, os estudantes tiveram a oportunidade de conhecer o funcionamento da Justiça do Trabalho. Acompanhados por professores e juizes, os adolescentes visitaram as instalações do TRT-ES e acompanharam sessões de julgamento no plenário e nas varas trabalhistas. *A*

Amatra 10 realiza culminância

Dramaturgia, teatro de fantoches, vídeos e apresentações musicais marcaram a culminância do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) no Distrito Federal. O evento foi realizado no dia 5 de dezembro, na sala Villa-Lobos do Teatro Nacional, em Brasília, e contou com a presença de cerca de mil alunos e professores do Plano Piloto, Cruzeiro, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho e Gama. O diretor Financeiro da Anamatra, Gilberto Leitão, prestigiou o evento, organizado pelo coordenador regional do TJC, Leador Machado, e pela Amatra 10 (DF e TO).

Os estudantes mostraram por meio das apresentações o que aprenderam com o TJC. Foram abordados temas como trabalho infantil, trabalho escravo, 13º salário, PIS, FGTS, licença-maternidade e segurança no trabalho. Um grupo de alunos fez uma paródia com a música "Aí já era", da dupla sertaneja Jorge & Mateus. "O fundo de garantia é um direito seu... Depositar, todo mês, 8% do salário, incluindo hora extra", dizia a letra escrita pelos jovens.

Ao fim das apresentações culturais, a presidente da Amatra 10, Nôemia Porto, ressaltou a importância que o TJC tem não só para sociedade, mas também para a associação. "Este é o principal programa da Amatra 10. E não é desmerecendo os demais, mas é que o TJC nos possibilita ver o que estou vendo hoje, que é o Judiciário se unindo à sociedade", disse. "Está sendo concretizada aqui a verdadeira cultura dos Direitos Humanos", completou a magistrada.

Para encerrar a culminância, a Or-

questra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro tocou para os alunos sob a regência do maestro Cláudio Cohen, que aproveitou para explicar aos jovens algumas curiosidades sobre uma orquestra sinfônica.

O evento contou com a presença de diversos juízes e desembargadores, além de representantes da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Além das apresentações culturais, trabalhos manuais como cartazes, jogos e maquetes produzidas pelos alunos ficaram expostas na entrada do teatro. *A*



Foto: Arquivo Anamatra

APOSENTADOS

Diretora de Aposentados encontra-se com magistrados do Rio de Janeiro

Terezinha Kineipp se reuniu com colegas da 1ª Região (RJ) no dia 18 de novembro. Na oportunidade, a magistrada aproveitou para verificar alguns detalhes do 3º Encontro dos Aposentados, que acontecerá na cidade carioca no primeiro semestre de 2012. A juíza foi recebida pelo presidente da Amatra 1 (RJ), André Villela.

Na ocasião, Terezinha almoçou com os aposentados do Rio de Janeiro, momento em que ouviu reivindicações e sugestões. A juíza Maria Wilma é a representante dos juízes trabalhistas aposentados no Estado.

"Estes momentos são muito importantes ao desenvolvimento do trabalho da nossa Diretoria dos Aposentados, que, no contato direto com os associados, pode avaliar melhor a expectativa de todos em relação ao papel da Anamatra", revela Terezinha. *A*



Foto: Arquivo Anamatra